

Soraya Araujo Uchoa Cavalcanti
(Organizadora)



O Caráter Sociopolítico e Interventivo do Serviço Social 2

 **Atena**
Editora

Ano 2021

Soraya Araujo Uchoa Cavalcanti
(Organizadora)



O Caráter Sociopolítico e Interventivo do Serviço Social 2

 **Atena**
Editora

Ano 2021

Editora Chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Assistentes Editoriais

Natalia Oliveira

Bruno Oliveira

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto Gráfico e Diagramação

Natália Sandrini de Azevedo

Camila Alves de Cremo

Luiza Alves Batista

Maria Alice Pinheiro

Imagens da Capa

Shutterstock

Edição de Arte

Luiza Alves Batista

Revisão

Os Autores

2021 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2021 Os autores

Copyright da Edição © 2021 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Instituto Internazionele delle Figlie di Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Profª Drª Carla Cristina Bauermann Brasil – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jael Soares Batista – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido

Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília

Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas

Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás

Profª Drª Débora Luana Ribeiro Pessoa – Universidade Federal do Maranhão

Prof. Dr. Douglas Siqueira de Almeida Chaves – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri

Profª Drª Elizabeth Cordeiro Fernandes – Faculdade Integrada Medicina

Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília

Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina

Profª Drª Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira

Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

Prof. Dr. Fernando Mendes – Instituto Politécnico de Coimbra – Escola Superior de Saúde de Coimbra

Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras

Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria

Prof. Dr. Helio Franklin Rodrigues de Almeida – Universidade Federal de Rondônia

Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco

Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande

Prof. Dr. Jefferson Thiago Souza – Universidade Estadual do Ceará

Prof. Dr. Jesus Rodrigues Lemos – Universidade Federal do Piauí

Prof. Dr. Jônatas de França Barros – Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas

Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande

Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

Profª Drª Maria Tatiane Gonçalves Sá – Universidade do Estado do Pará

Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma

Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federaci do Rio Grande do Norte

Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá

Prof. Dr. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados

Profª Drª Regiane Luz Carvalho – Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino

Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora

Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa

Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto

Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás

Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná

Prof. Dr. Cleiseano Emanuel da Silva Paniagua – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás

Prof. Dr. Douglas Gonçalves da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia

Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Érica de Melo Azevedo – Instituto Federal do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Dra. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Dr. Marco Aurélio Kistemann Junior – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Priscila Tessmer Scaglioni – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Linguística, Letras e Artes

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
Profª Drª Carolina Fernandes da Silva Mandaji – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobbon – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

Conselho Técnico Científico

Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí
Prof. Dr. Alex Luis dos Santos – Universidade Federal de Minas Gerais
Prof. Me. Alessandro Teixeira Ribeiro – Centro Universitário Internacional
Profª Ma. Aline Ferreira Antunes – Universidade Federal de Goiás
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Ma. Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa
Profª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Profª Drª Andrezza Miguel da Silva – Faculdade da Amazônia
Profª Ma. Anelisa Mota Gregoleti – Universidade Estadual de Maringá
Profª Ma. Anne Karynne da Silva Barbosa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais
Prof. Me. Armando Dias Duarte – Universidade Federal de Pernambuco
Profª Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar

Profª Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Me. Christopher Smith Bignardi Neves – Universidade Federal do Paraná
Prof. Ma. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo
Profª Drª Cláudia Taís Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas
Prof. Me. Clécio Danilo Dias da Silva – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Profª Ma. Daniela da Silva Rodrigues – Universidade de Brasília
Profª Ma. Daniela Remião de Macedo – Universidade de Lisboa
Profª Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Me. Edevaldo de Castro Monteiro – Embrapa Agrobiologia
Prof. Me. Eduardo Gomes de Oliveira – Faculdades Unificadas Doctum de Cataguases
Prof. Me. Eduardo Henrique Ferreira – Faculdade Pitágoras de Londrina
Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
Prof. Me. Ernane Rosa Martins – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
Prof. Me. Euvaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí
Prof. Dr. Everaldo dos Santos Mendes – Instituto Edith Theresa Hedwing Stein
Prof. Me. Ezequiel Martins Ferreira – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora
Prof. Me. Fabiano Eloy Atílio Batista – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas
Prof. Me. Francisco Odécio Sales – Instituto Federal do Ceará
Profª Drª Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
Prof. Me. Givanildo de Oliveira Santos – Secretaria da Educação de Goiás
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Profª Ma. Isabelle Cerqueira Sousa – Universidade de Fortaleza
Profª Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Me. Javier Antonio Alborno – University of Miami and Miami Dade College
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará
Prof. Dr. José Carlos da Silva Mendes – Instituto de Psicologia Cognitiva, Desenvolvimento Humano e Social
Prof. Me. Jose Elyton Batista dos Santos – Universidade Federal de Sergipe
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco
Profª Drª Juliana Santana de Curcio – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Kamilly Souza do Vale – Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas/UFGA
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
Profª Drª Karina de Araújo Dias – Prefeitura Municipal de Florianópolis

Prof. Dr. Lázaro Castro Silva Nascimento – Laboratório de Fenomenologia & Subjetividade/UFPR
Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará
Profª Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ
Profª Drª Livia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe
Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná
Profª Ma. Luana Ferreira dos Santos – Universidade Estadual de Santa Cruz
Profª Ma. Luana Vieira Toledo – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Ma. Luma Sarai de Oliveira – Universidade Estadual de Campinas
Prof. Dr. Michel da Costa – Universidade Metropolitana de Santos
Prof. Me. Marcelo da Fonseca Ferreira da Silva – Governo do Estado do Espírito Santo
Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior
Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo
Profª Ma. Maria Elanny Damasceno Silva – Universidade Federal do Ceará
Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Prof. Me. Pedro Panhoca da Silva – Universidade Presbiteriana Mackenzie
Profª Drª Poliana Arruda Fajardo – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Ricardo Sérgio da Silva – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Renato Faria da Gama – Instituto Gama – Medicina Personalizada e Integrativa
Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
Prof. Me. Robson Lucas Soares da Silva – Universidade Federal da Paraíba
Prof. Me. Sebastião André Barbosa Junior – Universidade Federal Rural de Pernambuco
Profª Ma. Silene Ribeiro Miranda Barbosa – Consultoria Brasileira de Ensino, Pesquisa e Extensão
Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo
Profª Ma. Taiane Aparecida Ribeiro Nepomoceno – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana
Profª Ma. Thatianny Jasmine Castro Martins de Carvalho – Universidade Federal do Piauí
Prof. Me. Tiago Silvio Dedoné – Colégio ECEL Positivo
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira
Bibliotecária: Janaina Ramos
Diagramação: Camila Alves de Cremo
Correção: Mariane Aparecida Freitas
Edição de Arte: Luiza Alves Batista
Revisão: Os Autores
Organizadora: Soraya Araujo Uchoa Cavalcanti

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

C262 O caráter sociopolítico e interventivo do serviço social 2 /
Organizadora Soraya Araujo Uchoa Cavalcanti. – Ponta
Grossa - PR: Atena, 2021.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5706-901-1

DOI 10.22533/at.ed.011211503

1. Serviço Social. I. Cavalcanti, Soraya Araujo Uchoa
(Organizadora). II. Título.

CDD 360

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

www.atenaeditora.com.br

contato@atenaeditora.com.br

DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa.

APRESENTAÇÃO

A coletânea “O Caráter Sociopolítico e Interventivo do Serviço Social” está organizada em três volumes, que trazem experiências profissionais interdisciplinares em equipes de distintas regiões do Brasil, sendo apresentadas abordagens de análise de artigos de Revisão, artigos decorrentes de pesquisa – documental, exploratória, entrevistas, bibliográfica – Relatos de Experiência, dentre outros.

No ano de 2011 o Conselho Federal de Serviço Social – CFESS lançou o documento *Parâmetros para Atuação de Assistentes Sociais na Política de Assistência Social*, em 2021 uma década depois, reunimos nessa coletânea a complexidade de experiências profissionais permeadas do caráter sociopolítico e interventivo do Serviço Social que refletem concepções e escolhas do cotidiano profissional.

O segundo volume apresenta 24 capítulos e está didaticamente quatro eixos temáticos: Políticas Sociais no Brasil no contexto do Capital que apresenta dois artigos que tratam do aprofundamento do projeto ultraliberal e a exploração na relação capital e trabalho.

O segundo eixo temático coloca em evidência, através de quinze artigos, a temática do Serviço Social na Política de Assistência Social com a atuação em equipe multiprofissional e/ou interdisciplinar em distintos espaços profissionais, na defesa da garantia de direitos, no contexto de controle democrático, Programa Bolsa Família, Benefício de Prestação Continuada, Centro de Referência de Assistência Social, Medida Sócio Educativa, Proteção Social Básica, População em Situação de Rua, e interlocuções com outras políticas setoriais a exemplo SUS e SUAS, atuação frente à Pandemia de Covid-19, dentre outras.

O terceiro eixo temático traz a discussão do Políticas Sociais e Enfrentamento da violência através dos cinco artigos, que tratam da Lei Maria da Penha, Feminicídio, Racismo, Rede de Proteção e Trabalho Intersetorial.

O quarto eixo temático: Serviço Social e Preparação para a Aposentadoria apresenta duas experiências de trabalho com esse público.

Dessa forma, convidamos o leitor a conhecer os artigos, partilhar saberes e experiências nesse processo de eterna descoberta que é a produção e socialização do conhecimento.

Soraya Araujo Uchoa Cavalcanti

SUMÁRIO

POLÍTICAS SOCIAIS NO BRASIL NO CONTEXTO DO CAPITAL

CAPÍTULO 1..... 1

O APROFUNDAMENTO DO PROJETO ULTRALIBERAL E O SOFRIMENTO COMO INSTRUMENTO DE DOMINAÇÃO

Odair Dias Filho

Edvânia Ângela de Souza

DOI 10.22533/at.ed.0112115031

CAPÍTULO 2..... 16

A VIOLÊNCIA NA RELAÇÃO CAPITAL E TRABALHO: ALGUMAS REFLEXÕES SOBRE O TRABALHO NAS CENTRAIS DE TELEMARKETING

Maricelly Costa Santos

DOI 10.22533/at.ed.0112115032

SERVIÇO SOCIAL E POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

CAPÍTULO 3..... 27

UM ESTUDO SOBRE OS IMPACTOS DAS TENDÊNCIAS CONSERVADORAS NA ATUAÇÃO DAS/OS PROFISSIONAIS DO SERVIÇO SOCIAL NA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Edístia Maria Abath Pereira de Oliveira

Catharina Cavalcanti de Melo

DOI 10.22533/at.ed.0112115033

CAPÍTULO 4..... 38

CONTROLE DEMOCRÁTICO E A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL NO BRASIL: OS DESAFIOS DA DEMOCRACIA PARTICIPATIVA NO CONTEXTO ATUAL

Jucileide Ferreira do Nascimento

Heleni Duarte Dantas de Avila

Clícia Carolaine de Jesus Alves

Celina dos Santos Almeida

Cleiton Lima de Oliveira Barbosa

Juliana dos Santos Carmo

Rodrigo Sales Queiroz

DOI 10.22533/at.ed.0112115034

CAPÍTULO 5..... 48

POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL NO BRASIL E PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA: APONTAMENTOS CRÍTICOS

Haidée de Caez Pedroso Rodrigues

DOI 10.22533/at.ed.0112115035

CAPÍTULO 6..... 60

BENEFÍCIO DE PRESTAÇÃO CONTINUADA: UMA ANÁLISE DA IMPLANTAÇÃO DO PROGRAMA BPC NA ESCOLA NO MUNICÍPIO DE COARI, NO INTERIOR DO

AMAZONAS

Cristiane Andrade da Costa
Raimunda Nildes Pinheiro Moreira

DOI 10.22533/at.ed.0112115036

CAPÍTULO 7..... 70

A JUDICIALIZAÇÃO DO BENEFÍCIO DE PRESTAÇÃO CONTINUADA

Edinilza de Oliveira Toledo
Liliane Capilé Charbel Novais

DOI 10.22533/at.ed.0112115037

CAPÍTULO 8..... 79

OS DESAFIOS DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL NO MUNICÍPIO DE FORTALEZA: UMA EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL EM UM CENTRO DE REFERÊNCIA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL DE FORTALEZA – CEARÁ

Leiliane Martinz de Oliveira
Márcia Cristina Barros de Oliveira
Luiza de Marillac Bernardo da Rocha Cavalcante

DOI 10.22533/at.ed.0112115038

CAPÍTULO 9..... 90

O SUAS E SUS NA REGIÃO DA AMEPAR E AS DEMANDAS GERENCIAIS PARA O TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL

Eliane Christine Santos de Campos
Ana Cláudia Vieira Martins
Silvio Redon
Tihara Keli Maciel Siqueira Mantovani

DOI 10.22533/at.ed.0112115039

CAPÍTULO 10..... 107

MEDIDA SOCIOEDUCATIVA EM MEIO ABERTO E O TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL

Karen Coutinho da Silva
Luciana Macedo Duarte
Tháís da Silva Zeca Bastos

DOI 10.22533/at.ed.01121150310

CAPÍTULO 11..... 122

PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA AOS IDOSOS EM TEMPOS DE PANDEMIA COVID 19: EXPERIÊNCIA DE UM CRAS

Marcia Liliane Barboza Kurz
Marisa Ighes Orsolin Morgan

DOI 10.22533/at.ed.01121150311

CAPÍTULO 12..... 133

A ASSISTÊNCIA SOCIAL NA PANDEMIA DO COVID-19: OS DESAFIOS PARA O TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL NA PROTEÇÃO BÁSICA

Karen Coutinho Pereira

Thaís da Silva Zeca Bastos

DOI 10.22533/at.ed.01121150312

CAPÍTULO 13..... 145

A DESPROTEÇÃO SOCIAL EM MOMENTOS DE CRISE E OS NOVOS DESAFIOS PARA A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL: A PANDEMIA DA COVID-19 NO MUNICÍPIO DE CHAPECÓ-SC

Fabiane Ribeiro

Hilton de Souza Zeferino

DOI 10.22533/at.ed.01121150313

CAPÍTULO 14..... 156

POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA: CIDADÃOS AINDA INVISÍVEIS E OS DESAFIOS DO SERVIÇO SOCIAL PARA GARANTIA DE DIREITOS

Gisele de Freitas Carvalho

Marcelo Ricardo Prata

DOI 10.22533/at.ed.01121150314

CAPÍTULO 15..... 166

SAÚDE MENTAL, VULNERABILIDADE SOCIAL E CIDADANIA NO BRASIL: DO DIREITO À VIDA À MISTANÁSIA

Bárbara Monique Pereira da Silva Leal

Renata Fernandes de Oliveira

DOI 10.22533/at.ed.01121150315

CAPÍTULO 16..... 176

O TRABALHO COM GRUPO NO SERVIÇO SOCIAL: UMA EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL NO GRUPO DE APOIO AOS PAIS (GAP) DO CENTRO SUVAG DO RIO GRANDE DO NORTE

Gisleane Silva de Araújo

DOI 10.22533/at.ed.01121150316

CAPÍTULO 17..... 188

O CENTRO INTEGRADO DE JUSTIÇA JUVENIL COMO ESPAÇO PRIVILEGIADO DE OPERACIONALIZAÇÃO DO ECA

Ana Margarida Barbosa Santos

Maria Betânia Silva Magalhães

DOI 10.22533/at.ed.01121150317

POLÍTICAS SOCIAIS E ENFRETEAMENTO DA VIOLÊNCIA

CAPÍTULO 18..... 192

VIOLÊNCIA E LEI MARIA DA PENHA: A PERMANÊNCIA DA DOR

Luanna Karolyne de Oliveira Cavalcanti

Carina Felix Bezerra

Kíssia Wendy Silva de Sousa

Maria Gabrielle Chaves Silva

Maria Gabriella Florencio Ferreira

Maria de Medeiros Martins
Marcelle Queiroz de Almeida
Ingrid Raissa Guerra Lins
Eryenne Lorryne Sayanne Silva do Nascimento
Paloma Lima dos Santos
Rafaela Leandro Pereira

DOI 10.22533/at.ed.01121150318

CAPÍTULO 19.....203

FEMINICÍDIO NO ESTADO DO PARÁ E SERVIÇO SOCIAL

Edilcinha de Sousa Cavalcante Magalhães

DOI 10.22533/at.ed.01121150319

CAPÍTULO 20.....215

CULTURA, RELIGIÃO E RACISMO: RETRATOS DA VIOLÊNCIA CONTRA MULHER NA AMAZÔNIA BRASILEIRA

Laryssa Sayury Garcia
Michelle Christina de Souza Matos
Brenda Luana Ribeiro Souza
Lilian Mendes Pereira Barros
Iris Tarcila da Conceição Baia
Solange Silva Souza

DOI 10.22533/at.ed.01121150320

CAPÍTULO 21.....222

VIOLÊNCIA CONTRA MULHER E POLÍTICAS PÚBLICAS: DESAFIOS DO TRABALHO INTERSETORIAL NA PERSPECTIVA DE GARANTIA DE DIREITOS

Ana Joice da Silva Peraro
Marusa Fernandes da Silva
Richardson Cramolichi

DOI 10.22533/at.ed.01121150321

CAPÍTULO 22.....233

REDE DE PROTEÇÃO À MULHER: ROMPENDO COM A VIOLÊNCIA, O SILÊNCIO E A INVISIBILIDADE

Josélia Barroso Queiroz Lima
Kíria Silva Orlandi
Aline Faé Stocco

DOI 10.22533/at.ed.01121150322

SERVIÇO SOCIAL E PREPARAÇÃO PARA A APOSENTADORIA

CAPÍTULO 23.....245

TRILHANDO NOVOS CAMINHOS: REFLEXÃO EM MOMENTOS DE CRISE

Carla Cristina Coelho Augusto Pepe
Thaysa Maria Ribeiro Garcia
Nelson Felix Lima Neto

Joyce Domingues da Silva Oliveira

DOI 10.22533/at.ed.01121150323

CAPÍTULO 24.....	252
PROCESSO DE ENVELHECIMENTO E APOSENTADORIA: PERSPECTIVAS DOS TRABALHADORES DO DEINFRA PARA ESSA NOVA FASE DA VIDA	
Jozadake Petry Fausto Vitorino	
DOI 10.22533/at.ed.01121150324	
SOBRE A ORGANIZADORA.....	277
ÍNDICE REMISSIVO.....	278

Data de aceite: 01/03/2021

Edilcinha de Sousa Cavalcante Magalhães

RESUMO: A elaboração deste trabalho tem como objetivo abordar a violência de gênero e sua fase mais brutal que é o feminicídio. Fazer um levantamento sobre essa realidade social no Brasil, com recortes no estado do Pará, aonde esses números vêm se elevando. Procura analisar o papel das políticas públicas no combate à violência doméstica e ao feminicídio, e pensar estratégias de enfrentamento e prevenção desta problemática, pois os dados apresentados mostram que a violência de gênero permanece presente na realidade brasileira, e que, só vêm aumentando a cada ano vitimando mais mulheres, principalmente as negras que representam as minorias sociais. Também reflete a atuação do serviço social junto aos usuários deste serviço que procuram por atendimento, seus encaminhamentos, sua articulação com outras políticas públicas, e como essa intervenção se efetiva ao atuar como um mediador no acesso às políticas públicas de segurança.

PALAVRAS-CHAVE: Violência de gênero; Feminicídio; Políticas públicas; Serviço Social.

FEMINICIDE IN THE STATE OF PARÁ AND SOCIAL WORK

ABSTRACT: The elaboration of this work aims to address gender violence and its most brutal

phase, which is femicide. Make a survey on this social reality in Brazil, with clippings in the state of Pará, where these numbers have been rising. It seeks to analyze the role of public policies in combating domestic violence and femicide, and to think about strategies to face and prevent this problem, since the data presented show that gender violence remains present in the Brazilian reality, and that, they are only increasing with each passing day. year victimizing more women, especially black women who represent social minorities. It also reflects the performance of social services with users of this service who seek care, their referrals, their articulation with other public policies, and how this intervention is effective in acting as a mediator in accessing public security policies.

KEYWORDS: Gender violence; Femicide; Public policy; Social service.

1 | INTRODUÇÃO

Para desenvolvimento deste artigo utilizou-se como metodologia a pesquisa bibliográfica, a partir de livros, periódicos e artigos científicos. A fim de trazer os principais conceitos e posicionamentos acerca da temática em questão, que segundo Gil (2002, p. 44) “é desenvolvida com base em material que já é elaborado, constituindo, principalmente, de livros e artigos científicos”.

O método de análise se deu pela pesquisa qualitativa, o qual proporcionará a formulação das reflexões sobre o estudo,

através dos significados e dos aspectos subjetivos presentes nesta realidade, uma vez que esta responde “a questões muito particulares. Ela se ocupa com um nível de realidade que não pode ou não deveria ser quantificado” (DESLANDES; GOMES; MINAYO, 2007, p. 21).

Utilizou-se como forma de compreender a realidade o método dialético, por enxergar a realidade além de sua aparência, buscando sua essência, e, portanto considerando a subjetividade do ser humano.

[...] a dialética fornece as bases para uma interpretação dinâmica e totalizante da realidade, já que estabelece que os fatos sociais não podem ser entendidos quando considerados isoladamente, abstraídos de suas influências políticos, econômicas, históricos e culturais. (GIL, 2008, p. 33).

O feminicídio é um problema universal, e que vem crescendo em números alarmantes em nosso país independente de classe social. Dados da Organização Mundial da Saúde (OMS) apontam que o Brasil já tem a quinta maior taxa de feminicídios entre 84 nações pesquisadas. E, que mesmo possuindo diversas políticas de proteção à mulher – como a Lei Maria da Penha, que entrou em vigor em 2006 – o País ainda convive com a rotina de uma mulher morta a cada duas horas. Porém, o que se constata é que estes crimes vêm sendo praticados em maior escala com as mulheres negras, ou seja, contra um grupo que faz parte de uma minoria social estigmatizada, discriminada e automaticamente tratada de forma desigual. Em 2015, o Mapa da Violência sobre homicídios entre o público feminino revelou que, de 2003 a 2013, o número de assassinatos de mulheres negras cresceu 54%, passando de 1.864 para 2.875.

Apesar, de algumas conquistas efetivadas no Brasil acerca dessa problemática, como é o caso em 2006, da Lei Maria da Penha – considerada pela Organização das Nações Unidas (ONU), desde 2012, como a terceira melhor legislação do mundo no combate à violência doméstica, ficando atrás apenas de Espanha e Chile - e da Lei do Feminicídio desde 2015, observa-se que ainda está muito longe de se ter atingido uma solução para esta questão.

2 | A VIOLÊNCIA DOMÉSTICA CONTRA A MULHER QUE LEVA AO FEMINICÍDIO

Desde os primórdios da humanidade, a violência já estava presente das mais variadas formas na vida das pessoas, não apenas no Brasil, mas em todo o mundo. Izabel Solyszko, pós-doutora em gênero e desenvolvimento pela Universidad de Los Andes, em Bogotá, comenta que “O feminicídio ocorre na cotidianidade de uma sociedade patriarcal onde as mulheres são castigadas por meio da morte quando não cumprem com os papéis de gênero historicamente outorgados”. Constatando-se, que a violência doméstica contra a mulher em último grau resulta no feminicídio.

Segundo Faleiros (2007) a violência se dá num processo de dominação:

"A relação violenta, por ser desigual, estrutura-se num processo de dominação, através do qual o dominador, utilizando-se de coação e de agressões, faz do dominado um objeto para os seus ganhos". (FALEIROS, 2007, p. 29-30)

A Lei Maria da Penha (Lei n. 11.340, 2006), descreve bem como se configura a violência doméstica contra a mulher em seu Art. 5º.

[...] configura violência doméstica e familiar contra a mulher qualquer ação ou omissão baseada no gênero que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial. (BRASIL, 2006)

Santi (2010) corrobora dizendo que, "tal violência ocorre em várias esferas da vida e se manifesta sob formas e circunstâncias distintas". Este tipo de violência, comumente praticado no ambiente doméstico nem sempre é visível, o que torna ainda mais fácil sua prática, e a vítima coagida deixa de denunciar, perpetuando assim o ciclo de violência.

3 | HOMICÍDIO DE MULHERES NO ESTADO DO PARÁ

A cada ano no Brasil o assassinato de mulheres vem aumentando. De acordo com pesquisas do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), através do Atlas da Violência a taxa é de 4,5 homicídios para cada 100 mil brasileiras, ou seja, somente em 2016, 4.645 mulheres foram assassinadas no país. Como forma de combater esses crimes e punir os agressores de forma mais veemente, foi criada em 2015 a Lei do Feminicídio (lei 13.104/2015), onde o feminicídio é classificado como crime hediondo.

No estado do Pará esses números só vêm se elevando, e nos leva a constatar que as leis e as políticas públicas não estão sendo suficientes para evitar esses crimes. Nos dados do IPEA, os casos de feminicídio no Pará aumentaram, conforme comparação entre os anos de 2017 e 2018. Observa-se uma disparidade nas taxas quando se coloca o critério de mulheres negras e mulheres não negras, onde quando se trata de mulheres não negras o índice é de 5% e de 95% quando se trata de mulheres negras, resultando num crime com dupla motivação: por ser mulher e por ser negra. O que nos leva a constatar que essas mulheres estão ainda mais vulneráveis dentro de uma sociedade machista e racista.

Os gráficos abaixo trazem um panorama dos casos de feminicídio no Pará.

3.1 Registros de Casos de Femicídio no Pará

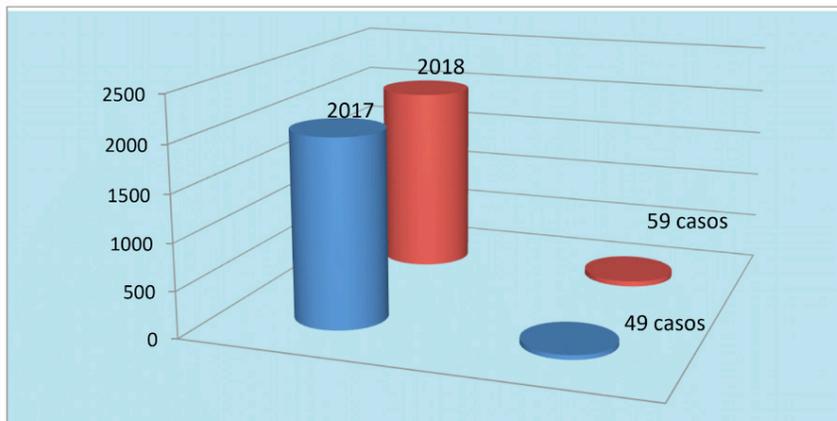


Gráfico 01: Femicídio no Pará 2017-2018

Fonte: IPEA (2018)

3.2 Taxa de homicídios de mulheres em 20 anos no Pará por 100 mil habitantes

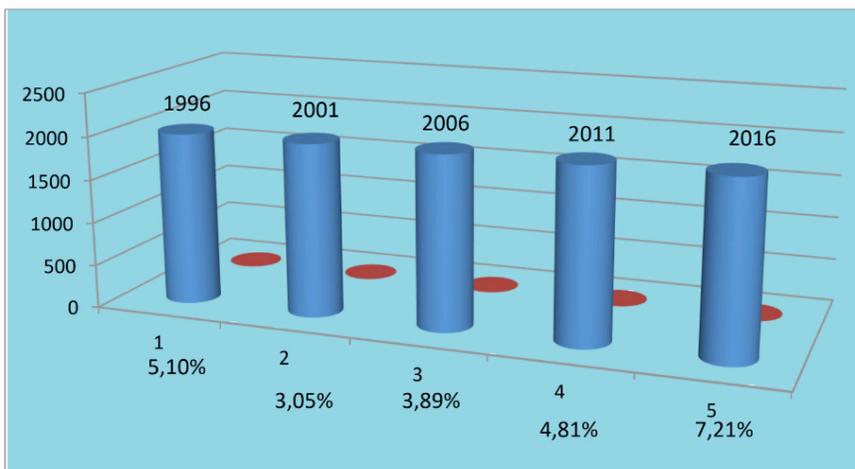


Gráfico 02: Homicídio de mulheres no Pará em 20anos

Fonte: IPEA (2018)

3.3 Taxa homicídios de mulheres negras em 20 anos no Pará por 100 mil habitantes

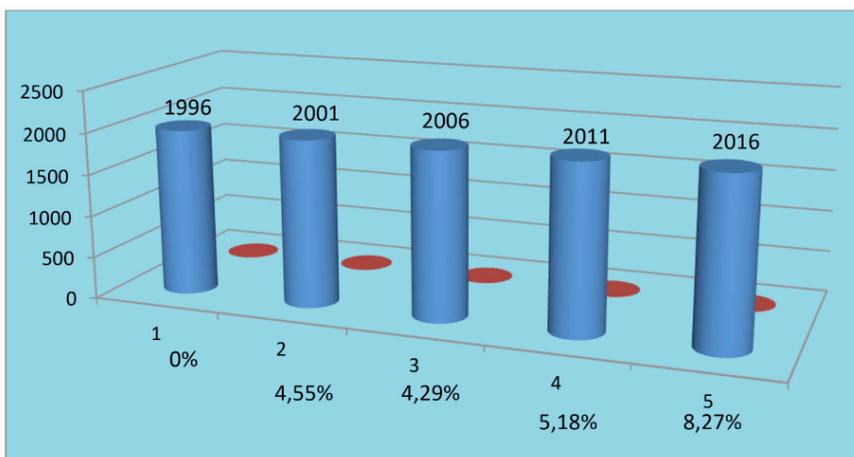


Gráfico 03: Homicídio de mulheres negras no Pará em 20anos

Fonte: IPEA (2018)

3.4 Taxa homicídios de mulheres não negras em 20 anos no Pará por 100 mil habitantes

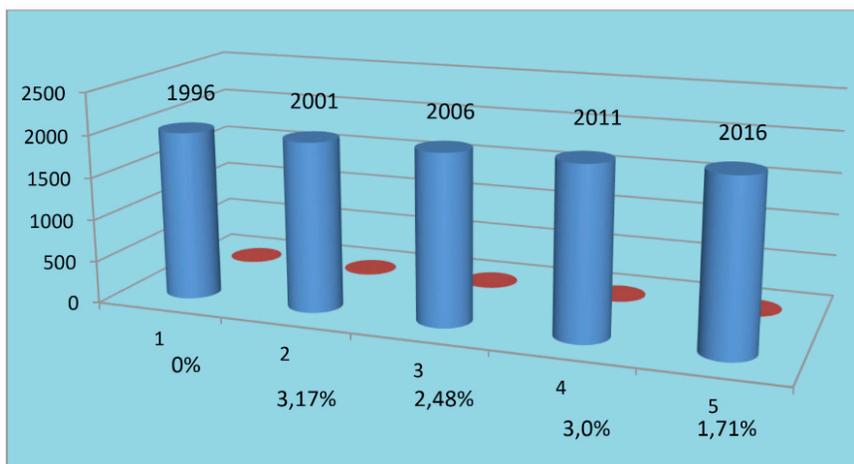


Gráfico 04: Homicídio de mulheres não negras no Pará em 20 anos

Fonte: IPEA (2018)

3.5 Crescimento de homicídios de mulheres a cada 05 anos no Pará

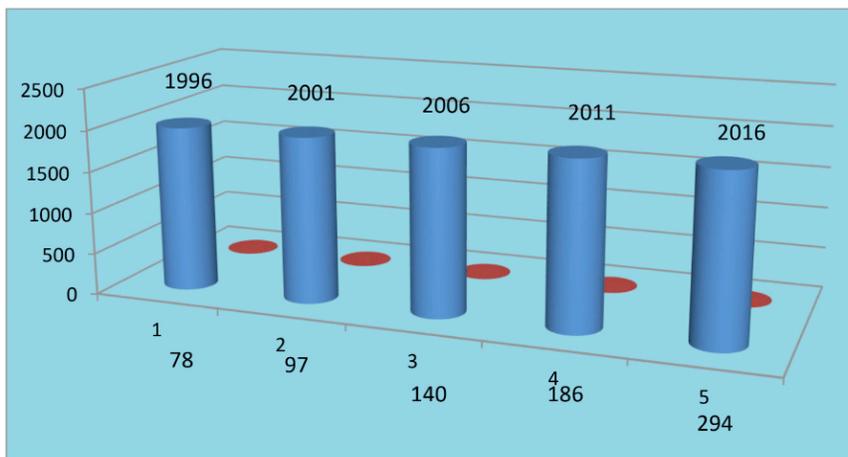


Gráfico 05: Crescimento de homicídio de mulheres a cada 05 anos no Pará

Fonte: IPEA (2018)

3.6 Crescimento de homicídios de mulheres negras a cada 05 anos no Pará.

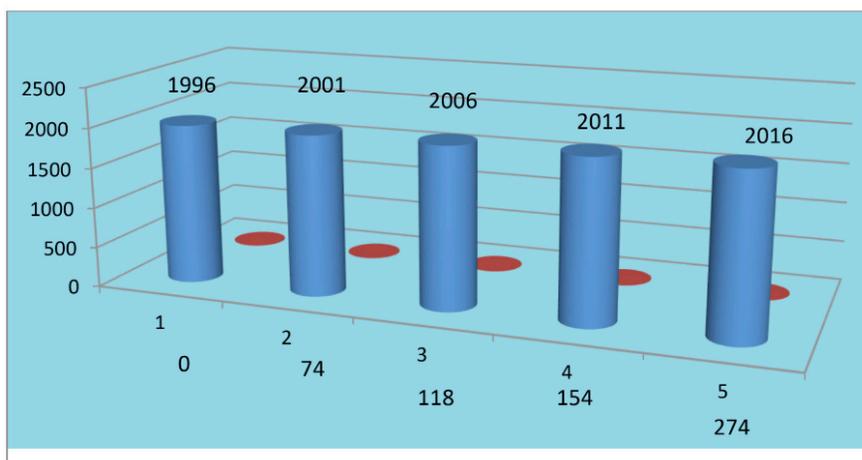


Gráfico 06: Crescimento de homicídio de mulheres negras a cada 05 anos no Pará

Fonte: IPEA (2018)

3.7 Crescimento de homicídios de mulheres não negras a cada 05 anos no Pará

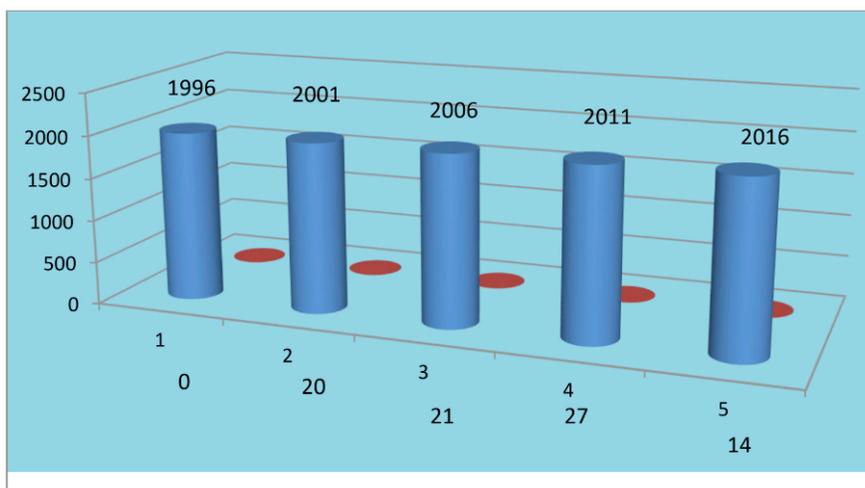


Gráfico 07: Crescimento de homicídios de mulheres não negras a cada 05 anos

Fonte: IPEA (2018)

4 I ESTRATÉGIAS DE ENFRENTAMENTO

De acordo com dados da Secretaria de Planejamento do Pará (SEPLAN) o estado conta com 17 DEAMS (Delegacia de Atendimento Especializado a Mulher), porém este número ainda é pequeno para um estado de dimensão continental com 144 municípios, que possui uma distância geográfica imensa, onde rios são ruas, onde há uma predominância de matas e florestas e locais de difícil acesso, podendo levar até dias para se chegar. Muitas mulheres vítimas de violência que moram em regiões mais distantes desistem de denunciar pelas dificuldades de deslocamento, e falta uma capacitação maior dos policiais onde não existe DEAMs, para que essas vítimas possam ser acolhidas, ouvidas e orientadas.

Mas há de se reconhecer que as delegacias especializadas possibilitaram essas denúncias, como destaca a delegada da Polícia Civil Ana Paula Fernandes, “quando as mulheres têm uma delegacia em que podem ser atendidas por meio de profissionais especializados, o Estado garante seus direitos, fortalece as políticas públicas e as encoraja a denunciar”. As DEAMs têm atuado cada vez mais no enfrentamento à violência contra a mulher, dados da Polícia Civil do Pará informam que, em 2017, essas unidades especializadas foram responsáveis por 1.821 procedimentos policiais relacionados à violência doméstica e familiar, como prisões em flagrante, inquéritos instaurados para apurar os crimes e Termos Circunstanciados de Ocorrências (TCOs). Foram presos em flagrante 154 autores de violência doméstica contra a mulher. Todos os procedimentos

efetuados nas delegacias seguiram para a Justiça, para dar continuidade aos processos.

Todas essas estratégias de enfrentamento são válidas e necessárias, porém sabemos não serem suficientes. Para que esse combate seja mais eficaz o Estado precisa intensificá-lo em parceria com as outras políticas públicas, principalmente com as de Educação e saúde. Essa conscientização precisa ser incutida nas escolas desde os anos iniciais, e também que façam parte dessa comunidade escolar não apenas docentes e discentes como também os familiares destes alunos, pois todos podem ser multiplicadores. Na saúde os profissionais devem ser capacitados a identificar os casos das múltiplas violências, como também comprometidos a notificar esses casos. Inácio (2003), assinala a importância de se trabalhar essa reflexão, para a desconstrução desses paradigmas na busca da igualdade feminina no interior das relações trabalhadas.

O trabalho de sensibilizar para conscientizar, também deve ser adotado como estratégia de enfrentamento. Em alguns estados esse trabalho foi nomeado de grupos reflexivos e se dá por meio de ONGs com iniciativas voluntárias e em outros a própria Vara da Mulher implantou essa metodologia de forma obrigatória, fazendo parte da sentença para que ela possa ser cumprida, como no estado do Maranhão na cidade de São Luís onde foi instituído pela 1ª Vara de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher. Estes grupos desenvolvem atividades de reflexão no plano psicológico e de comportamento, e são compostos por equipe multidisciplinar, compostas por psicólogos, assistentes sociais, dentre outros profissionais. Rosária Duarte, juíza titular da 1ª Vara de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher de São Luís destaca que “essa iniciativa é uma ferramenta importante para que os acusados de violência doméstica possam fazer uma reflexão sobre os atos que cometeram, entendam o motivo pelo qual foram condenados judicialmente e não voltem a praticar violência”.

Quem também confirma esses dados e avalia de forma positiva, é o psicólogo Raimundo Ferreira, coordenador deste grupo de reflexão, ele explica que “essa ferramenta é utilizada mundialmente e, conforme dados da ONU (Organização das Nações Unidas), o índice de reincidência dos homens que participaram das atividades é de 0 a 4 pontos percentuais. Em São Luís, nenhum dos 300 participantes reincidiu”.

A violência doméstica e familiar se encontra no machismo, que é cultural, e portanto, foi construído e está enraizado em nosso país, precisa ser trabalhado de forma inversa, ou seja, na perspectiva de desconstrução, trabalhando a igualdade de gêneros e não uma disputa entre eles, e desta forma exterminar o machismo, tanto de homens como também das próprias mulheres.

A Espanha ultrapassou o Brasil na sua lei de proteção às mulheres, porque buscou estabelecer mecanismos de formação humana integrados, através do sistema de educação nas escolas, com inserção de matérias desde o ensino fundamental até o universitário, dentre eles estão o respeito aos direitos, liberdades e igualdades entre homens e mulheres, bem como da tolerância ao exercício e liberdade dentro dos princípios democráticos de

convivência. Se eles conseguiram o Brasil também consegue, basta começar.

No Pará, de acordo com dados do Tribunal de justiça do Pará (TJEPA), apenas em fevereiro de 2017 houve o julgamento e a condenação do primeiro caso de feminicídio.

5 | INTERVENÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL

Os assistentes sociais atuam nos espaços sócio-ocupacionais de combate, enfrentamento e prevenção às diversas violências sofridas pelas mulheres, através da garantia de direitos, de estratégias políticas e de articulação com as políticas setoriais e na intervenção social direta, numa perspectiva educativa, na tentativa de construir uma consciência crítica tanto no agressor como na vítima. Segundo Inácio (2003), a intervenção do Assistente Social nas DEAMs refere-se na orientação e informações acerca dos direitos sociais, bem como a sua viabilização, mas também exercendo uma função educativa, que é justamente o profissional ter a capacidade de analisar criticamente a problemática da violência de gênero. Atuam na orientação dos usuários quanto aos seus direitos e também numa perspectiva de desconstrução de uma cultura de valores que inferioriza a mulher e naturaliza a violência.

Ao atuar nesta realidade Lisboa e Pinheiro (2005) inferem que “no que se refere ao trabalho realizado na temática de violência contra a mulher, é preciso que o profissional aprofunde seus conhecimentos sobre essa realidade social, além de compreender as múltiplas expressões decorrentes da mesma”. Para compreender e responder ao processo dinâmico da realidade visando ao seu enfrentamento Iamamoto (2012, p. 21) analisa que essa “prática deve ir além das rotinas institucionais” numa perspectiva de busca de possibilidades que podem ser colocadas pelo profissional como respostas de enfrentamento. É um trabalho árduo no sentido de não atuar somente no imediato, mas também no mediato, que visa além de interromper o ciclo da violência, visa também a transformação da realidade social, buscando o resgate e consciência da mulher como sujeito de direitos.

Ao intervir nesta demanda, o serviço social articula-se com os serviços socioassistenciais, nas diversas políticas públicas e com os demais órgãos do Sistema de Garantia de Direitos e de atenções prestadas às famílias para a inclusão da família e seus membros em serviços socioassistenciais ou em programas de transferência de renda, de forma a qualificar a intervenção, restaurar o direito e garantir a proteção social. Lisboa (2014) fala que o assistente social deverá estabelecer articulações da rede de serviços no intuito de que essas mulheres (e provavelmente também os filhos) possam ser atendidas nos programas definidos pela política de assistência social, realizando o acompanhamento dos casos a partir da articulação feita com os demais serviços da região. É extremamente importante a articulação destas políticas, ainda que sejam distintas, pois são elas que permitem a superação do ciclo de violência, através do acesso aos serviços da rede de

proteção, atenção e responsabilização, contribuindo assim com o empoderamento dessa mulher.

Vilela (2008) relata que é necessário que o Assistente Social identifique durante o atendimento a demanda social trazida pela mulher, decorrente ou não da situação de violência, tais como em relação a direitos trabalhistas, aos direitos dos próprios usuários dentre outros.

Alem de prestar orientações às vítimas durante a entrevista com uma escuta qualificada, o serviço social realiza visita domiciliar para conhecer a realidade em que se encontra a vítima, acompanhamento psicossocial individualizado e sistemático, relatório e parecer social, pois nestes instrumentos estão contidas todas as informações necessárias da pessoa atendida, bem como a sua história familiar. Realiza também reuniões com grupo de mulheres, socializando informações que levam a um debate reflexivo de temas como violência, gênero e os direitos da mulher.

A violência doméstica e o feminicídio são expressões da questão social, geradas pela desigualdade, segregação, preconceito e estigma, acarretando problemas sociais presentes no interior da família até a vida em sociedade. A questão social embora divergente caminha lado a lado com o serviço social, pois só existe serviço social porque existe a questão social, ela é o que movimenta e instiga o trabalho deste profissional que deve estar pautado na dimensão teórico-metodológica e ético-política da profissão.

O serviço social se encontra no desafio de reconhecer as novas emergências postas e construir um debate reflexivo e efetivo em torno delas, onde para isso este profissional precisa ter um olhar crítico da leitura da realidade para propor mudanças, ter a capacidade de propor alternativas para desenvolver o seu trabalho no enfrentamento a estas questões, decifrando novas mediações para atuar diante das desigualdades sociais, onde o desafio do serviço social para lamamoto (2012, p.75) é “redescobrir alternativas e possibilidades para o trabalho profissional no cenário atual”. No cenário contemporâneo, as diferentes demandas postas ao serviço social, têm exigido deste profissional, o esforço de decifrar os novos movimentos da realidade social.

6 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apesar, de o Brasil possuir leis de proteção às mulheres, constata-se que estas por si só não dão conta de coibir a violência de gênero, conforme nos mostram os indicadores sociais, pois as mesmas funcionam de forma fragmentada e nem sempre estão articuladas com as outras políticas sociais. Faz-se necessário e urgente a criação de políticas sociais mais específicas para tratar a questão da violência contra a mulher. É primordial que as instituições estejam estruturadas para atender esta demanda, que tenham profissionais especializados e capacitados para trabalhar com a questão da violência, com atendimento integral, qualificado e humanizado às mulheres em situação de violência doméstica.

Compreendemos que apesar da fragmentação desta política social, neste espaço destaca-se o papel do assistente social que atua como um mediador e articulador de um processo que visa garantir o acesso aos direitos, por meio de uma intervenção que se dá em direção à prevenção e ao enfrentamento das demandas sociais de mulheres vítimas desta violência, procurando alternativas de respostas e se utilizando de estratégias para facilitar o acesso aos serviços e às políticas sociais de maneira a promover sua cidadania e evitar sua revitimização. Iamamoto (2014) ressalta que diante dos tempos difíceis estes são desafiados a enxergar além, mesmo diante dos limites postos que é o que os instiga a vislumbrar e reinventar novas alternativas de enfrentamento da realidade.

REFERÊNCIAS

Agência Brasil. **Grupos para homens reduzem reincidência de violência doméstica**. Disponível em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2019-02/grupos-para-homens-reduzem-reincidencia-de-violencia-domestica>>. Acesso em: 05.abri.2019

BRASIL. **Lei n. 11.340 de 07 de Agosto de 2006**. Dispõe sobre a Lei Maria da Penha. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/11340.htm>. Acesso em: 26.març.2019.

_____, **LEI nº 13.104, DE 09 de Março de 2015**. Dispõe sobre a Lei do Femicídio. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113104.htm>. Acesso em: 26.març.2019.

DESLANDES, S. F.; GOMES; R.; MINAYO, M. C. S. (org). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 26. ed. Petrópolis: Vozes, 2007;

DIAS, Elves. **Lei Maria da Penha: a terceira melhor lei do mundo**. Revista Jus Navigandi. Disponível em: <<https://jus.com.br/artigos/36178/lei-maria-da-penha-a-terceira-melhor-lei-do-mundo>>. Acesso em: 06.abri.2019.

FALEIROS, V. P.; FALEIROS, E. S. **Escola que protege: enfrentando a violência contra crianças e adolescentes**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2007. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=638-vol-31-escqprotege-elet-pdf&Itemid=30192>. Acesso em: 22 Abr. 2019.

FÓRUM DE SÃO LUÍS – MA. **Homens condenados por violencia contra a mulher são obrigados a participar de grupo reflexivo**. Disponível em: <<https://imirante.com/sao-luis/noticias/2019/03/22/homens-condenados-por-violencia-contra-a-mulher-sao-obrigados-a-participar-de-grupo-reflexivo.shtml>>. Acesso em: 07.abri.2019

GIL, A. C. **Como elaborar projeto de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002;

_____, **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2008.

IAMAMOTO, M. V. **O serviço social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 22 ed. São Paulo: Cortez, 2012.

INÁCIO, Miriam de Oliveira. *Violência de gênero e Serviço Social: Ethos e ação ético-política no âmbito das Delegacias da Mulher*. 2003. 171 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social). Centro de Ciências Sociais Aplicadas. UFPE, Pernambuco, 2003. Disponível em: <<https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/9954>>. Acesso em: 31.maio.2019.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). **Atlas da Violência 2018**. Brasília, 2018. Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/download/9/atlas-2018>>. Acesso em: 22.març.2019.

LISBOA, T. K.; PINHEIRO, E. A. **A intervenção do Serviço Social junto à questão da violência contra a mulher**. Revista Katalysis, Florianópolis, v. 8, n. 2, p. 199-210, 2005; Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/katalysis/article/viewFile/6111/5675>>. Acesso em: 28.maio.2019.

LISBOA, T. K. **Violência de gênero, Políticas Públicas para o seu enfrentamento e o papel do Serviço Social**. Revista Temporalis, Brasília, ano 14, n. 27, p. 33-56, jan./jun. 2014. Disponível <<http://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/6543/5839>>. Acesso em: 30.maio.2019.

Moreira, V., Boris, G. D. J. B., & Venâncio, N. (2011). **O estigma da violência sofrida por mulheres na relação com seus parceiros íntimos**. *Psicologia & Sociedade*, 398- 406

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **Taxa de feminicídios no Brasil é quinta maior do mundo; diretrizes nacionais buscam solução**. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/onu-femicidio-brasil-quinto-maior-mundo-diretrizes-nacionais-buscam-solucao/>>. Acesso em: 27.maio.2019.

_____, **Homicídio contra negras aumenta em 54% em 10 anos, aponta Mapa da Violência 2015**. Disponível em: <<http://www.onumulheres.org.br/noticias/homicidio-contra-negras-aumenta-54-em-10-anos-aponta-mapa-da-violencia-2015/>>. Acesso em: 23.març.2019.

Polícia Civil-PA **Delegacias Especializadas no Atendimento à Mulher (DEAM'S) no Interior do Pará**. Disponível em: <<http://www.policiacivil.pa.gov.br/delegacias-especializadas-no-atendimento-%C3%A0-mulher-deams-no-interior-do-par%C3%A1>>. Acesso em: 28.març.2019.

SANTI, Liliane Nascimento de; NAKANO, Ana Maria Spanó; LETTIERE, Angelina. **Percepção de mulheres em situação de violência sobre o suporte e apoio recebido em seu contexto social**. *Texto & Contexto Enfermagem*, v. 19, n. 3, p. 417-424, 2010.

SECRETARIA DE SEGURANA PUBLICA (SEGUP-PA). **Pará reforça enfrentamento da violência contra mulher**. Disponível em: <<http://www.segup.pa.gov.br/par%C3%A1-refor%C3%A7a-enfrentamento-da-viol%C3%A0ncia-contra-mulher>>. Acesso em: 25.març.2019.

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO (SEPLAN-PA). **Governo do Estado amplia apoio à mulher no enfrentamento à violência doméstica**. Disponível em: <<http://seplan.pa.gov.br/governo-do-estado-amplia-apoio-%C3%A0-mulher-no-enfrentamento-%C3%A0-viol%C3%A0ncia-dom%C3%A9stica>>. Acesso em: 21.maio.2019.

TRIBUNAL DE USTIA DO ESTADO (TJE-PA). **Homem julgado por feminicídio é condenado a 40 anos de reclusão**. Disponível em: <<http://www.tjpa.jus.br/PortalExterno/imprensa/noticias/Informes/434705-Homem-julgado-por-femicidio-e-condenado-a-40-anos-de-reclusao.xhtml>>. Acesso em: 30.març.2019.

VILELA, L. F. **Manual para Atendimento às Vítimas de Violência na Rede de Saúde Pública do Distrito Federal**. 2. ed. Brasília: [s.n], 2008.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Aposentadoria 51, 53, 77, 148, 166, 245, 246, 247, 248, 249, 250, 251, 252, 253, 254, 255, 256, 258, 259, 260, 261, 262, 263, 264, 265, 266, 267, 268, 269, 270, 271, 272, 273, 274, 275, 276

Assistente social 34, 35, 36, 57, 59, 65, 83, 90, 91, 92, 93, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 115, 116, 118, 119, 120, 123, 124, 125, 128, 130, 132, 133, 137, 142, 144, 156, 158, 164, 176, 177, 178, 179, 180, 182, 183, 184, 185, 186, 201, 211, 212, 213, 220, 249, 254, 256, 275, 276

Ato infracional 113, 114, 115, 188, 189, 191

B

Benefício de prestação continuada (BPC) 63, 84, 141

C

Cadastro único 84, 87, 138, 140, 154, 172

Capitalismo monopolista 16, 26, 28, 106, 109

Centro de referência especializado da assistência social (CREAS) 108

Código de ética profissional 142

Conselhos de assistência social 38, 39, 41, 43, 47

Coronavírus 133, 134, 138, 139, 145, 148, 152, 154

Covid-19 122, 127, 128, 129, 130, 131, 133, 134, 142, 144, 145, 146, 147, 148, 149, 151, 152, 153, 154, 250

D

Desigualdade social 56, 77, 94, 100, 136, 141, 163, 166, 217, 242

Direitos humanos 2, 13, 35, 61, 64, 66, 79, 82, 89, 119, 157, 167, 174, 187, 190, 194, 195, 196, 201, 228, 234, 256

Direitos sociais 3, 13, 30, 31, 33, 36, 40, 50, 54, 55, 61, 72, 73, 77, 80, 81, 82, 85, 87, 88, 94, 106, 109, 120, 121, 123, 124, 130, 131, 137, 147, 150, 165, 211, 223, 231, 238, 241, 254, 277

E

Envelhecimento 122, 123, 125, 126, 127, 129, 130, 131, 132, 247, 250, 251, 252, 253, 255, 256, 257, 258, 272, 273, 276

Espaço sócio ocupacional 115

Estágio curricular obrigatório 253

F

Feminicídio 193, 196, 197, 198, 199, 200, 203, 204, 205, 206, 211, 213, 214, 216, 223, 226

G

Grupos de convivência 122, 123, 125, 127

I

Idoso 45, 63, 68, 71, 76, 80, 82, 83, 84, 122, 123, 124, 125, 127, 128, 129, 130, 131, 132, 141, 172, 247, 255, 257, 270, 274, 275

Índice de desenvolvimento humano (IDH) 84, 100

Invisibilidade 150, 233, 235, 243

J

Judicialização 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 78

L

Lei Maria da Penha 192, 193, 194, 195, 199, 200, 201, 204, 205, 213, 215, 216, 218, 219, 221, 223, 225, 226, 228, 232, 238, 239

Lei orgânica da assistência social (LOAS) 42, 52, 63, 80, 84, 124, 175

M

Marx 3, 8, 15, 17, 18, 19, 20, 26, 34, 37, 49, 58, 77, 78, 109, 120, 183, 232

Marxismo 6, 31

Medidas protetivas 113, 148, 150, 219, 226, 228, 238, 239

Mínimos sociais 95, 114, 150, 152, 167, 168, 169, 170, 174, 175

Movimento de reconceituação 29, 110, 183

P

Política de assistência social 27, 29, 33, 34, 35, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 46, 48, 49, 54, 55, 62, 63, 65, 70, 72, 78, 79, 80, 81, 82, 86, 87, 88, 104, 114, 116, 124, 134, 135, 137, 138, 140, 142, 143, 145, 151, 211, 230

Política nacional de assistência social (PNAS) 41, 68, 81, 150

Políticas públicas 2, 3, 5, 11, 12, 30, 60, 63, 64, 65, 68, 73, 77, 78, 80, 81, 91, 94, 98, 100, 104, 105, 114, 123, 125, 127, 130, 134, 142, 150, 152, 153, 156, 158, 162, 163, 178, 193, 196, 198, 201, 203, 205, 209, 211, 214, 219, 222, 223, 224, 225, 227, 228, 229, 231, 235, 241, 243, 244, 247, 252, 255, 256

Políticas sociais 1, 12, 27, 30, 36, 37, 39, 40, 44, 46, 47, 48, 49, 52, 53, 54, 56, 57, 70, 71, 75, 77, 85, 91, 92, 93, 96, 100, 104, 105, 106, 108, 111, 120, 145, 154, 158, 163, 166, 212, 213, 234

População em situação de rua 102, 156, 157, 158, 159, 160, 161, 162, 163, 164, 165

Programa bolsa família 48, 54, 55, 58, 138, 140, 154

Projeto de extensão 233, 234, 235, 237, 238, 242, 277

Proteção social básica 63, 79, 81, 82, 101, 102, 114, 122, 125, 127, 129, 131, 133, 134, 137, 138, 154, 172, 173, 230

Q

Questão social 8, 28, 29, 30, 36, 48, 49, 50, 51, 53, 57, 71, 77, 78, 80, 89, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 116, 120, 121, 126, 137, 138, 156, 157, 158, 159, 161, 162, 163, 165, 171, 182, 184, 187, 200, 212, 220

R

Racismo 2, 215, 216, 217

Redemocratização 46, 166, 235

Reestruturação produtiva 16, 17, 21, 22, 25, 53

S

Saúde do trabalhador 3, 14, 95, 245, 246, 249, 251

Saúde mental 12, 128, 139, 154, 164, 166, 171, 277

Seguridade social 3, 30, 40, 43, 52, 59, 62, 63, 70, 71, 76, 80, 81, 87, 95, 104, 124, 134, 135, 137, 138, 143, 145, 146, 147, 148, 149, 150, 153, 154, 155, 167, 170, 171, 229, 247

Serviço de proteção e atendimento integral à família (PAIF) 81, 138

Serviço social 1, 16, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 33, 36, 37, 47, 48, 49, 57, 58, 59, 69, 89, 92, 93, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 115, 116, 117, 120, 121, 130, 131, 132, 133, 134, 135, 137, 139, 143, 156, 157, 163, 164, 165, 174, 175, 176, 177, 181, 182, 183, 184, 185, 186, 187, 201, 203, 211, 212, 213, 214, 216, 219, 245, 248, 249, 250, 251, 253, 256, 274, 275, 276, 277

Sistema único de assistência social - SUAS 124

Sofrimento do trabalhador 4

T

Totalitarismo 3

V

Vínculos familiares 81, 125, 127, 150, 158, 159, 162, 163

Violência 4, 8, 12, 13, 15, 16, 17, 19, 20, 21, 22, 24, 25, 26, 83, 100, 112, 113, 114, 126, 157, 192, 193, 194, 195, 196, 197, 198, 199, 200, 201, 202, 203, 204, 205, 209, 210, 211, 212, 213, 214, 215, 216, 217, 218, 219, 220, 221, 222, 223, 224, 225, 226, 227, 228, 229, 230, 231, 232, 233, 235, 236, 237, 238, 239, 240, 241, 242, 243, 244

Violência contra a mulher 193, 195, 197, 198, 199, 209, 211, 212, 214, 215, 216, 217, 218, 221, 223, 224, 226, 227, 231, 235

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

@atenaeditora 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 



O Caráter Sociopolítico e Interventivo do Serviço Social 2

 **Atena**
Editora

Ano 2021

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

@atenaeditora 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 



O Caráter Sociopolítico e Interventivo do Serviço Social 2

 **Atena**
Editora

Ano 2021